



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Relatório Anual de Gestão do Ano de 2021
Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

1 - Identificação do Fundo

Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS
Prefeitura Municipal de Macaé - RJ
CNPJ: 11.675.401/0001-68
Endereço: Av. Lacerda Agostinho nº 4.777 – Linha Azul Bairro Virgem Santa-Macaé/RJ
Vinculação do FMHIS: Secretaria Municipal Adjunta de Habitação
Presidente do CMHIS: Ana Lucia Ribeiro da Conceição
Lei de Criação do FMHIS: Lei Nº 2854, de 12 de dezembro de 2006.

2 - Objetivos

O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS do Município de Macaé foi criado através da Lei Municipal Nº 2.854 de 12 de dezembro de 2006, a qual instituiu também o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, tendo sido posteriormente alterada pelas leis:

Lei nº 3.102/2008 – Critérios a serem adotados no exercício da PMHIS
Lei nº 3.119-2008 – Alteração na composição do CMHIS
Lei nº 3.278/2009 – Consolidação das matérias da PMHIS
Lei nº 3.703/2011 – PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social
Lei nº 4.000/2013 – Alteração dos valores dos benefícios do FMHIS
Lei nº 4.034/2014 – Criação do Programa Compra Assistida
Lei nº 4.044-2014 – Definição de regras de acesso ao Programa Compra Assistida
Lei nº 4.053-2014 – Criação do Programa Aluguel Intervenção Urbana
Lei Complementar nº 238/2015 – Alteração na estrutura de cargos do FMHIS
Lei Complementar nº 256/2016 – Extinção dos cargos de Assessor Jurídico e Controlador Interno do FMHIS
Lei Complementar nº 268/2017 – Criação da ZEIS Ilha Colônia Leocádia
Lei nº 4.672/2020 – Alteração na composição do CMHIS

O FMHIS é de natureza contábil e financeira, vinculado à Secretaria Adjunta de Habitação, tem por finalidade atender as ações vinculadas aos programas e projetos de habitação de interesse social no Município de Macaé.

3 - Responsáveis

NOME: ANA LUCIA RIBEIRO DA CONCEIÇÃO
CARGO: GESTOR - ORDENADOR PRINCIPAL MATRÍCULA: 041.486
PERÍODO DE GESTÃO: 16/08/2021 a 31/12/2021

NOME: LEANDRO BARBOSA MUSSI
CARGO: GESTOR - ORDENADOR PRINCIPAL MATRÍCULA: 406.021
PERÍODO DE GESTÃO: 01/01/2021 a 15/08/2021

NOME: VAGNO GONÇALVES DE ARAÚJO
CARGO: ASSESSOR CONTÁBIL
MATRÍCULA: 640.769
CRC: RJ 092556 / O-7
PERÍODO DE GESTÃO: 01/01/2021 a 31/12/2021

NOME: JOSÉ CLÁUDIO MACHADO DA LUZ
CARGO: TESOUREIRO
MATRÍCULA: 27.337
PERÍODO DE GESTÃO: 01/01/2021 a 31/12/2021

4 - Recursos

Os recursos para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social estão previstos no Artigo 38 da Lei 3.278/2009 e são constituídos principalmente por dotação orçamentária própria, repasses financeiros do município, royalties do petróleo e gás, fundos e programas estaduais e/ou federais e receitas diversas.

5 - O CMHIS

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, é um órgão deliberativo, que tem por objetivo estabelecer diretrizes e critérios de alocação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, observado o disposto na Lei do FMHIS, no Plano Plurianual e no Plano Diretor.

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS é composto por representantes de entidades públicas e segmentos da sociedade, garantindo a proporção de um quarto das vagas aos representantes dos movimentos populares.

As competências do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS estão contidas no artigo 32 da Lei 3.278/09.

No ano de 2021 o CMHIS aprovou o seu Regimento Interno, que passou a vigor em 12 de julho de 2021.

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, no ano de 2021 esteve assim composto:

1 - Representantes da Secretaria Municipal Adjunta de Habitação
Titular: Ana Lucia Ribeiro da Conceição
Suplente: Milton Silva de Azevedo

2 - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Acessibilidade
Titular: Jorge Luiz da Silva Ramos
Suplente: Janine dos Santos Parente Martins

3 - Representantes da Secretaria Municipal Adjunta de Obras
Titular: Samantha Fragoso Pinto Nunes
Suplente: Alessandra Ribeiro Aguiar

4 - Representantes da Câmara Municipal de Macaé
 Titular: Vereador Rudneli das Neves Coutinho
 Suplente: Vereador Tico Jardim

5 - Representantes da Federação das Associações de Moradores de Macaé
 Titular: Celso Henrique da Silva
 Suplente: Amanda de Souza

6 - Representantes do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense de Macaé
 Titular: Jancileide Rocha Morgado
 Suplente: Leopoldo Ferreira Antunes

6 – Orçamento

O orçamento do exercício de 2021 foi elaborado pela Secretaria Adjunta de Planejamento para aprovação do Legislativo, com dotação orçamentária inicial no valor de R\$ 1.586.000,00 (um milhão quinhentos e oitenta e seis mil reais).

Conforme preconiza a Lei 3278/2009 em seu art.38 inciso 11, a dotação orçamentária anual do Fundo de Habitação deveria ser igual a 1% (um por cento) do que fosse previsto no Orçamento Municipal para as receitas dos royalties de petróleo e gás. A Lei Orçamentária Anual (Lei nº 4.717/2021) autorizou a execução R\$ 1.586.000,00 (um milhão, quinhentos e oitenta e seis mil reais) para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

No quadro seguinte está sendo apresentado o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do FMHIS, que tem como período de referência o 6º bimestre/ 2021.

MACAÉ											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO (PARA SIMPLES CONFERÊNCIA)											
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
PERÍODO DE REFERÊNCIA : 6º Bimestre / 2021											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, Inciso II, alínea "c")											RS\$1,00
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até 12/2021 (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até 12/2021 (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.586.000,0	1.586.000,0	10.500,0	308.648,6	100,0	1.277.351,4	37.800,0	293.248,6	100,0	1.292.751,4	16.400,0
Administração	636.000,0	636.000,0	0,0	8.690,0	2,8	626.410,0	0,0	13.690,0	4,6	621.410,0	-6.000,0
Habitação Urbana	535.000,0	535.000,0	0,0	8.590,0	2,8	526.410,0	0,0	13.690,0	4,6	521.410,0	-6.000,0
Habitação	1.051.000,0	1.051.000,0	10.500,0	300.058,6	97,2	750.941,4	37.800,0	279.658,6	95,4	771.341,4	20.400,0
Habitação Urbana	1.051.000,0	1.051.000,0	10.500,0	300.058,6	97,2	750.941,4	37.800,0	279.658,6	95,4	771.341,4	20.400,0
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL (III) = (I + II)	1.586.000,0	1.586.000,0	10.500,0	308.648,6	100,00	1.277.351,4	37.800,0	293.248,6	100,00	1.292.751,4	16.400,0
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Nota: Durante o Exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

. b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Não houve despesa de Pessoal e Encargos, para o Fundo de Habitação, pois os funcionários estão lotados na Secretaria Adjunta de Habitação.

Apesar da dotação orçamentária no valor de R\$ 1.586.000,00 (um milhão quinhentos e oitenta e seis mil reais) a despesa realizada foi de apenas R\$ 293.248,60 (duzentos e noventa e três mil duzentos e quarenta e oito reais e setenta centavos).

7 – Resultados Alcançados

No ano de 2021 destacaram-se as seguintes realizações:

7.1 – Cadastro de Beneficiários e Banco de Dados do SIHIS

Com a perda do sistema que abrigava o banco de dados com o registro de todos os inscritos e beneficiários dos Programas da Habitação de Interesse Social – o SIHIS – a alternativa foi criar uma planilha eletrônica com os dados cadastrais desses indivíduos, dos seus companheiros(as)/cônjuges e familiares. O que de mais relevante, e que não foi possível resgatar, por não ser acessível pela planilha, são: 1) as anotações que foram realizadas pela Equipe Social e das quais apenas ela tinha acesso por se tratar de informações sigilosas acerca da estrutura social e familiar dos beneficiários dos Programas da Política de Habitação de Interesse Social e dos contemplados com unidade habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida; 2) as estatísticas que podiam ser elaboradas com o universo de dados de todos os inscritos no cadastro, seus cônjuges/companheiros(as) e familiares; 3) os processos que tiveram origem na Secretaria de Habitação, que haviam sido digitalizados, e estavam vinculados aos respectivos beneficiários; 4) as consultas ao cadastros; 5) os relatórios gerenciais.

Apesar de estar previsto no art. 55, § 1º que o SIHIS será implantado e mantido pelo FMHIS, em 2021, por conta das restrições ao trabalho presencial por conta da pandemia de Covid-19, não foi produzido Termo de Referência para a contratação de empresa especializada que desenvolvesse ou comercializasse esse sistema.

7.2 – PMCMV – Unidades habitacionais entregues

Através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do Governo Federal, que teve como agente financeiro o Banco do Brasil e como executora do projeto a empresa Direcional Engenharia S.A., no ano de 2015 foi concluída a construção de 2.208 unidades habitacionais no Município, dando origem ao Conjunto Habitacional Prefeito Carlos Emir, localizado no bairro Ajuda de Baixo, mais especificamente nos loteamentos Bosque Azul I, II e III.

A composição utilizada na destinação das unidades habitacionais do Programa são:

- (1) Demanda Espontânea (mínimo de 1.104 unidades), quando o proponente voluntariamente se inscreve para participar de um sorteio que definirá os beneficiários de uma unidade habitacional, desde que cumpridos todos os requisitos legalmente estabelecidos no PMCMV;
- (2) Remoções (máximo de 1.104 unidades), para atendimento às necessidades de assentamentos precários ou áreas impróprias à ocupação humana, sejam essas determinadas judicialmente ou definidas por ações governamentais diversas.

Os resultados do processo de inclusão de beneficiários no PMCMV na modalidade de Demanda Espontânea, a partir do Edital 001/2017, são apresentados a seguir:

TABELA DEMANDA ESPONTÂNEA – SORTEIO 2017 (2021)

COTA (Edital 001/2017)	IDOSO	PNE	MCF	3 PTOS	2 PTOS	TOTAL
	15	5	45	64	21	150
CONTRATO ASSINADO	12	5	57	50	25	149
PROCESSO TRAMITANDO	4	0	39	28	15	85
1. CAD/APF/SITAH	3	0	22	17	11	52
2. DOSSIÊ EM ANÁLISE	0	0	12	7	2	21
3. ESCOLHA DE UNIDADE	1	0	2	3	1	7
4. SOLICITAÇÃO DE CONTRATO	0	0	1	0	0	1
5. ASSINAR CONTRATO	0	0	2	1	1	4

PNE: pessoa com deficiência MCF: mulher chefe de família

Todos os 750 candidatos do sorteio de 2017 já foram convocados e as desclassificações ocorrem conforme a classificação de incompatível que chega pelo sistema SITAH.

Com relação ao sorteio de 2014, conforme o relatório anterior, 2 beneficiários solicitaram rescisão contratual e os demais foram desclassificados por não terem comparecidos para cumprimentos dos prazos.

Considerando que 950 beneficiários foram atendidos pelo sorteio de 2014, somando a esse valor, os processos que já foram concluídos do sorteio de 2017 (149), mais os que estão em tramitação (85), totaliza-se 1.184 beneficiários.

O quadro a seguir apresenta os resultados alcançados, até o momento, para as remoções.

TABELA DE REMOÇÃO DE ASSENTAMENTOS

Etapas	CAD/APF/SITAH	DOSSIÊ EM ANÁLISE	ESCOLHA DE UNIDADE	SOLICITAÇÃO DE CONTRATO	ASSINAR CONTRATO	CONTRATO ASSINADO	TOTAL
ÁGUAS MARAVILHOSAS	0	3	0	1	2	246	252
ÁREAS DIVERSAS	0	8	2	1	0	56	67
AUXÍLIO MORADIA	6	13	1	0	0	13	33
BECO DE SÃO JORGE	0	0	0	0	0	3	3
BEIRA LINHA	0	0	0	0	0	18	18
FRONTEIRA	4	5	2	1	1	23	36
INVASÃO BOSQUE AZUL	0	6	0	4	3	67	80
LAGOMAR	2	17	6	2	1	283	311
MORRO SANTANA	0	0	0	0	0	51	51
TOTAL	12	52	11	9	7	760	851

Pelo indicativo da tabela anterior pode-se dizer que os números mais expressivos de intervenção ocorreram em cumprimento a Ações Cíveis Públicas impostas pelo MPF, que se aplicam no Lagomar e nas Águas Maravilhosas, ainda que em ambas as áreas não se tenha atingido a totalidade da desocupação determinada em sentença.

Até o momento, os processos de reassentamento concluídos somam 760 beneficiários com contratos assinados, podendo chegar a 851 com a assinatura dos contratos ainda em tramitação.

Neste cômputo, terão sido destinadas 851 unidades habitacionais do PMCMV para casos de remoção, até o momento.

7.3 – Benefícios Assistenciais Concedidos

No exercício financeiro de 2021 o Município atendeu 21 (vinte e uma) famílias com a concessão dos benefícios assistenciais de aluguel emergência e aluguel intervenção urbana, cujas residências estavam em situação de risco conforme parecer conclusivo e Termo de Interdição emitido pela Secretaria Adjunta de Defesa Civil e por solicitação da Coordenadoria de Projetos para execução de projetos urbanos em áreas de atuação da Secretaria Adjunta de Habitação. O desembolso atingiu o montante de R\$ 258.658,59 (duzentos e cinquenta e oito mil seiscentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), conforme disposto no quadro seguinte:

Tipo de Benefício	Quant. famílias atendidas	Valor R\$
Auxílio emergência	-	-
Aluguel emergência	21	86.100,00
Aluguel Intervenção Urbana	01	8.400,00
Compra Assistida(*)	05	164.158,59
Total	27	258.658,59

() No lote do Sr. Geldacir Corrêa moravam três famílias distintas e no lote do Sr. Marcelo Corrêa moravam duas famílias distintas.*

No quadro seguinte estão relacionados os benefícios assistenciais pagos pelo FMHIS no ano de 2021, com a indicação do número do processo, o tipo de benefício, o beneficiário e o valor que foi pago.

Tipo de Benefício	Nº Processo	Beneficiário	Valor R\$
Aluguel Emergência	18658/2021	Alda Maria Dutra Pessanha	3.500,00
Aluguel Emergência	280003/2021	Ana Lúcia Gomes da Silva	3.500,00
Aluguel Emergência	280043/2021	Anderson Vieira Vargas	700,00
Aluguel Emergência	280006/2021	Bruna Souza da Conceição	4.900,00
Aluguel Emergência	280033/2021	Carlos Juarez Correa de Souza	2.800,00
Aluguel Emergência	18960/2021	Cleir Ribeiro de Souza Júnior	3.500,00
Aluguel Emergência	18954/2021	Fernanda Ventura de Andrade	3.500,00
Aluguel Emergência	18959/2021	Gilson Souza dos Santos	3.500,00
Aluguel Emergência	280005/2021	Gisele do Rosário Frutuoso	5.600,00
Aluguel Emergência	18961/2021	Helóisa Oliveira Tereza	3.500,00
Aluguel Emergência	280012/2021	Jorge Augusto Gomes	2.100,00
Aluguel Emergência	18953/2021	Kíssila de Andrade Rangel	2.800,00
Aluguel Emergência	18659/2021	Laís Larice Pessanha Martins	3.500,00
Aluguel Emergência	280016/2019	Lemoel Mendes da Silva	7.700,00
Aluguel Emergência	280028/2021	Leni Maria Mendonça	2.100,00
Aluguel Emergência *(DEA)	280001/2020	Maria de Fátima Sodré	4.200,00
Aluguel Emergência	280001/2020	Maria de Fátima Sodré	8.400,00
Aluguel Emergência	280018/2021	Niele Sacramento Silva	2.800,00
Aluguel Emergência	280004/2021	Rosângela Cristina Ferreira	3.500,00
Aluguel Emergência	18976/2021	Tânia Maria Gonçalves Pinto	3.500,00
Aluguel Emergência	280000/2020	Valdineia Batista Mariano	7.000,00
Aluguel Emergência	280030/2021	Yasmin de Salles Valadão	3.500,00
Aluguel Intervenção Urbana	280090/2014	Walmir Antônio Rodrigues	8.400,00
Compra Assistida	280055/2014	Gedalcir Corrêa	36.144,43
Compra Assistida	280058/2014	Gedalcir Corrêa	14.065,01
Compra Assistida	280082/2014	Gedalcir Corrêa	30.597,44
Compra Assistida	280053/2014	Marcelo Corrêa	47.617,82
Compra Assistida	280054/2014	Marcelo Corrêa	35.733,89
		TOTAL	258.658,59

*(DEA) – Débito de Exercícios Anteriores

7.4 - Atividades das Equipes Técnicas de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia e de Trabalho Técnico e Social

Bosque Azul

Matriz de Responsabilidade (Programa Minha Casa Minha Vida) - acompanhamento dos processos para licitação das obras, na SEMOB:

Escola de Ensino Fundamental – Processo Nº 19.566/2019

Escola de Educação Infantil – Processo Nº 19.565/2019

UBS – Processo Nº 40.035/2018 (projeto de arquitetura elaborado pela equipe da SEMHAB)

Acompanhamento do Processo 21.898/2017, relativo Concessão do Direito Real de Uso de espaço público para a construção de áreas comerciais no Residencial Prefeito Carlos Emir - Bosque Azul, o que poderá solucionar a questão da remoção dos imóveis de uso não residencial, localizados atualmente em áreas impróprias.

Acompanhamento da elaboração do Convênio com a TRANSPETRO junto à SEMOB, para urbanização da área contígua ao gasoduto que corta os bairros Verdes Mares, Bosque Azul e Ajuda.

Nova Esperança

Participação em reuniões e trocas de e-mails entre a SEMHAB, Caixa, MDR, SEMOB, PROGEM, dentre outros, para tratar das ações de reprogramação do Convênio, com elaboração de material técnico em parceria com a Secretaria Municipal Adjunta de Obras.

De acordo com as orientações da CAIXA e do MDR (Ministério do Desenvolvimento Regional), no decorrer da reunião virtual realizada com a equipe da SEMHAB em 03/11/2021, ficou estabelecida a necessidade de elaborar um Plano de Ações, encaminhado para a Caixa em 23/11/2021, especificando atividades e prazos para o cumprimento das 3 metas do contrato (Infraestrutura, Regularização Fundiária e Trabalho Técnico Social).

Regularização Fundiária da Nova Esperança: acompanhamento dos procedimentos junto à Procuradoria, ao Cartório RGI 3º Ofício, para a escrituração e registro das áreas desapropriadas pelo Município de Macaé.

O Termo de Cooperação Técnica entre ITERJ (Governo do Estado) e PMM foi assinado em 05/08/2021, com o objetivo de viabilizar o trabalho de Regularização Fundiária nas áreas desapropriadas pelo Estado do Rio de Janeiro na Nova Esperança.

Processos licitatórios:

Abertura do Processo Administrativo para licitação da Regularização Fundiária da Nova Esperança: nº 14339-2021 em 23/06/2021. Já a licitação da meta de infraestrutura foi aberta em 28/12/2021, pela SEMOB, sob o nº 75696/2021.

Ressaltamos que o Processo Administrativo para a licitação do TTS da Nova Esperança foi aberto em 07/12/2020, sob o nº 23.492/2020.

As peças técnicas referentes as 3 metas foram encaminhadas para a Caixa no decorrer de 2021.

Ajuda

Participação em reuniões e trocas de e-mails entre a SEMHAB, Caixa, MDR, SEMOB, PROGEM, dentre outros, para tratar das ações de continuidade do Contrato, com as novas prorrogações de vigência de prazo.

1. Meta Infraestrutura

Aditivo ao Contrato de Saneamento através da Parceria Público Privada (PPP) com a

empresa BRK Ambiental.

A verba para execução desta meta será proveniente de recursos próprios municipais. Desde 2020 estão sendo realizadas as tratativas para assinatura do 4º Termo Aditivo, que antecipa a meta de construção do Sistema Aeroporto, para coleta e tratamento do esgotamento sanitário. O Sistema Aeroporto atenderá, dentre outros bairros, também ao Complexo da Ajuda, conferindo funcionalidade à meta de infraestrutura em pauta.

2. Meta Regularização Fundiária

Contratação de empresa especializada para regularização fundiária.

A equipe de fiscais da Secretaria Municipal Adjunta de Habitação desenvolveu o Termo de Referência (PB- Projeto Básico) para contratação, com recursos próprios municipais, de empresa especializada em regularização fundiária.

O Processo Administrativo para licitação da Regularização Fundiária da Ajuda foi protocolado em 17/12/2020, sob o nº 24.333/2020. Ao longo de 2021 foram realizadas diversas tratativas com a Caixa para análise e aprovação do referido Projeto Básico, no intuito de efetivar a contratação e execução do serviço.

O objetivo será atuar nas áreas públicas e particulares da localidade, com previsão de beneficiar em torno de 3.000 famílias localizadas na área de intervenção, incluindo a entrega dos respectivos documentos de propriedade.

3. Meta de Trabalho Técnico Social (TTS) – Gestão Condominial para as 128 UH do Bosque Azul.

Elaborado o Termo de Referência e planilha orçamentária caixa com cronograma de trabalho e serviços técnicos necessários. O valor inicial previsto para a execução do TTS era de R\$147.614,99, pré-aprovados pela Caixa. O resultado da licitação do Processo Administrativo nº 24.334/2020 teve como vencedora uma empresa especializada que apresentou toda a habilitação técnica necessária para a execução do TTS. O processo licitatório seguiu tramitação administrativa baseada na Lei nº 8.666, que ao correr do processo, devido aos orçamentos apresentados, teve o valor reduzido para R\$ 88.000 mil reais, considerando o princípio da eficiência e menor preço. Para a expedição da ordem de serviço, se faz necessária autorização da mandatária da União, a Caixa. A documentação enviada para avaliação da Caixa foi recusada devido a redução dos valores inicialmente acordados, apesar do cronograma de trabalho e serviços técnicos terem sido mantidos em conformidade com a aprovação da Caixa. Nós da Prefeitura Municipal de Macaé solicitamos um pedido de reconsideração dos apontamentos, considerando a legalidade do processo licitatório previsto pela Lei 8666. Estamos aguardando manifestação oficial da Caixa para darmos sequência e expedição da ordem de Serviço para o início do TTS.

Obs: Para o aditivo de prazo ao contrato precisamos dar andamento às metas acordadas pelo TC 0355270661-2011.

Lagomar

Acompanhamento do processo judicial junto à Procuradoria Municipal, participação em audiências judiciais e elaboração de documentos para instruir a ACP/MPF 0001627-93.2002.4.02.5103 (2002.51.03.001627-2).

Participação em reuniões e ações da Comissão de Pronta Ação, visando a continuidade das ações de reassentamento das famílias residentes na Zona de Amortecimento do PARNA de Jurubatiba.

Retomada 'pós pandemia' do Processo 22429/2020 para elaboração de convênio a ser firmado entre o Município e a Petrobras, com vistas à desocupação de área com aproximadamente 28ha, adjacente ao Gasoduto Rota Cabiúnas, inserida na Zona de

Amortecimento do PARNA de Jurubatiba, com previsão para o reassentamento das famílias residentes na área e demolição das construções.

Inicialmente será firmado o 'Convênio 1', incluindo a execução dos seguintes serviços: (1) levantamento topográfico com utilização de laser scanner terrestre, (2) realização de selagem e cadastro técnico imobiliário das unidades e famílias residentes, (3) elaboração do diagnóstico fundiário e avaliação mercadológica das unidades imobiliárias e (4) execução do cercamento imediato das áreas livres.

Para tanto foi instituída a Comissão de Fiscalização que passa a representar o Município nas tratativas junto à Petrobras para elaboração de toda documentação necessária ao convênio a ser firmado, assim como será responsável pelo monitoramento das atividades em desenvolvimento, do planejamento daquelas a serem desenvolvidas, bem como no acompanhamento da execução dos serviços.

Constituíram ações relacionadas ao Processo 22429/2020:

— Realização de reuniões entre as equipes do Município e da Petrobras para análise do Plano de Trabalho.

— Conclusão e aprovação do Plano de Trabalho junto à Petrobras.

— Elaboração do cronograma de atividades, considerando os processos licitatórios para cada contrato a ser gerado.

— Inclusão da execução do cercamento imediato das áreas livres no escopo do convênio a ser firmado, através da contratação de empresa especializada.

— Elaboração das planilhas orçamentárias referentes a cada serviço a ser contratado, incluindo cronograma físico-financeiro, memória de cálculo e composição de custos.

— Realização de visita de campo para monitoramento do processo de ocupação irregular na área da intervenção.

— Visita à obra de urbanização da Av. MPM executada pela Petrobras nos limites da área da intervenção.

— Revisão da minuta do convênio encaminhada pela Petrobras (modelo padrão), adequando ao objeto proposto.

— Encaminhamento do Processo 22429/2020, para análise da Procuradoria de Licitações e Controladoria do Município.

— Juntada de documentação ao Processo 22429/2020 para atendimento das exigências constantes no parecer da Procuradoria Adjunta de Licitações.

— Tratativas com a equipe da Petrobras acerca da minuta do convênio, por meio de reuniões virtuais e e-mails.

— Conclusão junto a Petrobras da versão final da minuta do convênio.

— Tratativas iniciais com a equipe da Petrobras acerca do escopo de novo convênio a ser celebrado após o término do primeiro.

Fronteira

Continuidade nas ações de demolição das moradias que oferecem risco de desabamento, localizadas na Fronteira, que haviam sido paralisadas em 2020, em função da pandemia de Covid-19. Até o momento já foram demolidas 27 unidades.

Acompanhamento do processo judicial junto à Procuradoria Municipal, participação em reuniões e elaboração de documentos para instruir a Ação Civil Pública Nº: 0016294-20.2017.4.02.5116 – MPF. Após ter apresentado Anteprojeto para futura urbanização da orla da Fronteira, no trecho em questão, a equipe da SEMHAB vem participando dos trabalhos para a desocupação da área de risco, em conjunto aos demais órgãos municipais envolvidos, sob comando da Comissão de Pronto Ação.

A equipe técnica da SEMHAB solicitou à equipe do INPH (Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias) apoio ao citado órgão na realização de um Estudo de Impacto das Marés na orla da Fronteira. Em 21/05/2020 o instituto enviou o Relatório INPH

017/2020, contendo Nota Técnica resultante da Visita de Inspeção à Praia da Barra/Fronteira. Esse documento já foi enviado aos diversos órgãos municipais envolvidos, no intuito de buscar uma solução à ação das marés (ressaca) no local, de forma a possibilitar as obras de urbanização com a devida segurança.

7.5 – Legislação e Regulamentações

Em julho de 2021 foi aprovado e publicado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social.

8 - Financeiro

Durante o exercício de 2021, o Fundo de Habitação recebeu repasses financeiros da Prefeitura Municipal de Macaé no valor de R\$ 312.748,59 (trezentos e doze mil e setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) e as aplicações obtiveram o rendimento de R\$ 1.557,05 (um mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos). Foi pago R\$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais) referentes a restos a pagar de 2020.

O saldo para o exercício seguinte confere com os das conciliações bancárias e extratos bancários do período correspondente, bem como com o termo de verificação dos valores existentes em tesouraria, conforme modelo 21 da Deliberação nº 277/2017 TCE/RJ.

No exercício de 2021 não houve concessão de subvenções e auxílios.

9 - Patrimônio

No Almoxarifado não houve qualquer movimentação de entrada ou saída.

O FMHIS encerrou o exercício financeiro de 2021 com o mesmo valor do imobilizado no ano de 2020, qual seja: R\$ 45.822,00 (quarenta e cinco mil e oitocentos e vinte e dois reais) em bens patrimoniais. O funcionário responsável pelos bens patrimoniais da SEMHAB/FMHIS aposentou-se em 2021, não tendo sido nomeado substituto para o mesmo.

Patrimônio Intelectual x Patrimônio Material

No pequeno quadro de servidores da Secretaria Adjunta de Habitação 14 indivíduos são concursados e 4 indivíduos são cidadãos em cargos comissionados. Dos 14 concursados todos possuem formação superior completa e ao menos uma especialização, 3 profissionais possuem mestrado e 2 profissionais estão realizando doutorado.

A Equipe Social sofreu um esvaziamento quase que completo, porque todas as assistentes sociais pertencentes ao quadro, concursadas, foram para outras Secretarias. A última saiu em fevereiro de 2021. Apesar das diversas solicitações ao RH, essa situação não foi contornada. A profissional que responde pela Equipe Social é comissionada e as demais que a auxiliam são concursadas e dão plantão na Habitação em regime de hora extra.

Em agosto de 2021 foi elaborado dois Termos de Referência (TR) para atender às necessidades da SEMHAB/FMHIS, um para aquisição de computadores e outro para aquisição de cadeiras de escritório. A aquisição dos computadores está centralizada na Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia, que está com um processo de aquisição de 1.000 computadores e prazo de entrega previsto para o segundo semestre de 2022. A compra das cadeiras resultou no processo nº 2012/2022, que atualmente está

na CONGEM para cumprimento de exigências.

Os recursos financeiros para a aquisição desses e de outros bens permanentes para a SEMHAB/FMHIS podem ser obtidos à conta do orçamento do Fundo de Habitação.

10 – Proposta Orçamentária para o Exercício de 2022

O orçamento do exercício de 2022 foi elaborado pela Secretaria Adjunta de Planejamento e enviado para aprovação do Legislativo, com dotação orçamentária inicial de R\$ 1.470.200,00 (um milhão e quatrocentos e setenta mil e duzentos reais).

11 – Avaliação do Conselho Gestor do FMHIS

O Conselho foi ouvido e se fez presente ao deliberar, e aprovar, todas as ações de relevância que tiveram origem no Fundo de Habitação, tendo inclusive aprovado o seu regimento interno.

Ana Lucia Ribeiro da Conceição
Secretária Adjunta de Habitação
Gestora do FMHIS